

MANIFESTO PELO CONTROLE, CONTRA A CORRUPÇÃO E PELO FORTALECIMENTO DA CGU

A Frente pelo Controle e Contra a Corrupção, grupo que reúne entidades da sociedade civil e servidores da Controladoria-Geral da União (CGU), com compromisso de total isenção político-partidária, torna pública sua opinião em relação à atual situação do órgão e de medidas que considera capazes de garantir a realização plena de suas atribuições institucionais.

A Controladoria-Geral da União (CGU), como órgão central do controle interno no Poder Executivo federal, tem entre suas atribuições, além das atividades de fiscalização e auditoria, a promoção da transparência, participação e controle social. Ao longo dos 14 anos de existência da CGU, essa atuação tem fortalecido mecanismos de participação social e incentivado organizações da sociedade civil e cidadãos individualmente a contribuir, de maneira decisiva, para o combate à corrupção, o controle dos gastos públicos, a responsabilização dos agentes públicos e a melhoria da gestão.

Para que não haja retrocesso, é necessário garantir condições estruturais para que a CGU continue cumprindo suas atribuições, inclusive em nível internacional, por meio de acordos e parcerias. Nesse sentido, as entidades subscritas consideram indispensáveis os seguintes compromissos por parte do governo federal, num momento em que é preciso reforçar, de maneira firme, a luta contra a corrupção.

Fortalecimento institucional da Controladoria-Geral da União (CGU):

- Revogação dos dispositivos da MP 726/2016 relativos à CGU:
 - Manutenção do nome Controladoria-Geral da União (CGU);
 - Vinculação à Presidência da República, como garantia de ascendência do controle interno ante os órgãos fiscalizados, em consonância com as melhores práticas internacionais;
 - Manutenção do *status* de Ministro(a) de Estado ao titular da instituição;
- Nomeação pela Presidência de República de Ministro(a)-Chefe, com base em lista triplíce elaborada pelos quadros técnicos da instituição, de cidadão(ã) com condições morais e técnicas para assumir a função.

Efetividade dos Programas e Ações da CGU, com garantia de participação da sociedade:

- Reformulação e fortalecimento do Conselho de Transparência e Combate à Corrupção, com independência financeira; caráter consultivo e deliberativo; e composição nos moldes da Proposta Final 43 da 1ª Consocial;
- Efetivação de mecanismos da Lei de Acesso à Informação no Governo Federal, nos estados e municípios, com participação da sociedade na instância máxima de decisão nos casos de negativa de acesso em nível federal;

- Adequação dos recursos orçamentários para ações de correição, ouvidoria, fiscalização, combate e prevenção da corrupção;
- Implementação de programas voltados à capacitação e formação para o exercício da cidadania ativa no controle social;
- Reestruturação dos programas de estímulo ao controle cidadão da Administração Pública e sua efetiva aplicação nos municípios;
- Retomada imediata das ações para implementação das deliberações da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial);
- Homologação dos acordos de leniência pelo MPF;
- Aperfeiçoamento da ouvidoria pública, com proteção aos denunciante de boa fé, inclusive servidores públicos;
- Desenvolvimento de estratégia para tratamento efetivo de denúncias encaminhadas ao órgão nos processos fiscalizatórios, com mecanismo que permita acompanhamento pelo cidadão denunciante.
- Retorno do Programa de Fiscalização por Sorteio de recursos federais nos municípios, com metas estabelecidas e acompanhamento da sociedade;
- Encaminhamento ao Ministério Público - e monitoramento - de situações de descumprimento da Lei da Transparência (LC 131) por estados e municípios, para aplicação das sanções cabíveis;
- Participação paritária da sociedade em todas as etapas de desenvolvimento, implementação e monitoramento dos Planos Nacionais para a Parceria para Governo Aberto;
- Incentivo à integridade e responsabilidade corporativas pela promoção de governança e *compliance* em entidades públicas e privadas.

Brasília, 31 de maio de 2016

Assinam este manifesto:

1. A Voz do Cidadão – Instituto de Cultura de Cidadania (Rio de Janeiro - RJ)
2. ACECCI - Ação Cearense de Combate a Corrupção e a Impunidade (Ceará)
3. ACICA - Associação Cabedelense para a Cidadania (Cabedelo - PB)
4. AMAME (Americana - SP)
5. AMARRIBO Brasil
6. AMASA - Amigos Associados de Analândia (Analândia - SP)
7. AME A VERDADE - Evangélicos Contra a Corrupção
8. AMPREMA - Associação de Moradores de Primavera e Rosana pela Ética e Moralidade Administrativa (Rosana – SP)
9. ANAFIC – Associação Nacional de Auditores Federais de Controle Interno
10. ARTIGO 19
11. Asas de Socorro (Anápolis - GO)
12. Associação Diamantina Unida (Diamantina - MG)
13. Associação Diamantina Viva – ADIV (Diamantina – MG)

14. Associação dos Amigos da Cidadania e do Meio Ambiente de Piracicaba – AMAPIRA (Piracicaba - SP)
15. Associação dos Amigos de Januária - ASAJAN (Januária - MG)
16. Associação dos Amigos e Moradores de Viçosa – AMEVIÇOSA (Viçosa – MG)
17. Associação Transparência Humaitá (Humaitá – AM)
18. Associação Universidade Holística Mantiqueira (Águas da Prata - SP)
19. Ativa Búzios (Armação dos Búzios – RJ)
20. AUDITAR – União dos Auditores Federais de Controle Externo
21. BATRA - Bauru Transparente (Bauru - SP)
22. Boca do Leão (Águas da Prata - SP)
23. Campinas Que Queremos (Campinas – SP)
24. Colmeia da Inovação (Distrito Federal)
25. Coletivo de Mulheres Juristas pela Democracia (João Pessoa - PB)
26. Datapedia
27. DF em Movimento (Distrito Federal)
28. FEPAS – Federação das Entidades e Projetos Assistenciais da CIBI
29. FNCC – Fórum Nacional de Combate à Corrupção do CNMP
30. Força Tarefa Popular (Teresina - PI)
31. Fundación Avina
32. GAB - Grupo Amigos da Barreira (João Pessoa - PB)
33. GUARÁ - Associação Guardiões da Rainha das Águas (Águas da Prata - SP)
34. IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Rio de Janeiro - RJ)
35. Instituto Campinas Sustentável (Campinas - SP)
36. IFC – Instituto de Fiscalização e Controle (Brasília - DF)
37. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (São Paulo - SP)
38. Instituto Nossa Ilhéus (Ilhéus - BA)
39. Instituto Prata Ativa (Águas da Prata - SP)
40. Instituto Soma Brasil (João Pessoa - PB)
41. MARCCO - RN - Movimento Articulado de Combate à Corrupção do RN
42. MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
43. MNCCD - Movimento Nacional Contra Corrupção e pela Democracia
44. Movimento Ficha Verde (Manaus - AM)
45. Movimento João Pessoa que Queremos (João Pessoa - PB)
46. Movimento Joinville Nossa Cidade (Joinville - SC)
47. Movimento Mobiliza 5 de Agosto (João Pessoa - PB)
48. Movimento Nossa Betim (Betim - MG)
49. Observatório Social de Apucarana (Apucarana - PR)
50. Observatório Social de Balneário Camboriú (Balneário Camboriú - SC)
51. Observatório Social de Belém (Belém - PA)
52. Observatório Social de Blumenau (Blumenau - SC)
53. Observatório Social de Brasília (Distrito Federal)
54. Observatório Social de Brusque (Brusque - SC)
55. Observatório Social de Cáceres (Cáceres - MT)
56. Observatório Social de Campo Grande (Campo Grande - MS)



57. Observatório Social de Campo Largo (Campo Largo - PR)
58. Observatório Social de Campo Mourão (Campo Mourão - PR)
59. Observatório Social de Caxias do Sul (Caxias do Sul - RS)
60. Observatório Social de Chapecó (Chapecó - SC)
61. Observatório Social de Cianorte (Cianorte - PR)
62. Observatório Social de Cruz Alta (Cruz Alta - RS)
63. Observatório Social de Curitiba (Curitiba - PR)
64. Observatório Social de Erechim (Erechim - RS)
65. Observatório Social de Goiânia (Goiânia - GO)
66. Observatório Social de Guarapava (Guarapava - PR)
67. Observatório Social de Imbituba (Imbituba - SC)
68. Observatório Social de Irati (Irati - PR)
69. Observatório Social de Itajaí (Itajaí - SC)
70. Observatório Social de Itapema (Itapema - SC)
71. Observatório Social de Itu (Itu - SP)
72. Observatório Social de Jequié (Jequié - BA)
73. Observatório Social de Lages (Lages - SC)
74. Observatório Social de Lajeado (Lajeado - RS)
75. Observatório Social de Londrina (Londrina - PR)
76. Observatório Social de Mandaguari – ADAMA (Mandaguari – PR)
77. Observatório Social de Marechal Cândido Rondon (Marechal Cândido Rondon - PR)
78. Observatório Social de Medianeira (Medianeira - PR)
79. Observatório Social de Natal (Natal - RN)
80. Observatório Social de Niterói (Niterói - RJ)
81. Observatório Social de Ourinhos (Ourinhos - SP)
82. Observatório Social de Palmas (Palmas - TO)
83. Observatório Social de Palmeira (Palmeira - PR)
84. Observatório Social de Paranaguá (Paranaguá - PR)
85. Observatório Social de Paranavaí (Paranavaí - PR)
86. Observatório Social de Pelotas (Pelotas - RS)
87. Observatório Social de Picos (Picos - PI)
88. Observatório Social de Ponta Grossa - Campos Gerais (Ponta Grossa - PR)
89. Observatório Social de Porto Alegre (Porto Alegre - RS)
90. Observatório Social de Porto Seguro (Porto Seguro - BA)
91. Observatório Social de Rolim Moura (Rolim Moura - RO)
92. Observatório Social de Rondonópolis (Rondonópolis - MT)
93. Observatório Social de Santo Antônio de Jesus (Santo Antônio de Jesus - BA)
94. Observatório Social de São Bento do Sul (São Bento do Sul - SC)
95. Observatório Social de São Caetano do Sul (São Caetano do Sul - SP)
96. Observatório Social de São José (São José - SC)
97. Observatório Social de São J. do Rio Preto (São J. do Rio Preto - SP)
98. Observatório Social de São J. dos Campos (São J. dos Campos - SP)
99. Observatório Social de São Paulo (São Paulo - SP)
100. Observatório Social de Sorocaba (Sorocaba - SP)

101. Observatório Social de Taubaté (Taubaté - SP)
102. Observatório Social de Teresópolis (Teresópolis - RJ)
103. Observatório Social de Toledo (Toledo - PR)
104. Observatório Social de Uberlândia (Uberlândia - MG)
105. Observatório Social do Brasil
106. Observatório Social do Rio do Sul (Rio do Sul - SC)
107. Oficina da Cidadania (João Pessoa - PB)
108. ONG Moral - Movimento pela moralidade Pública (Cuiabá - MT)
109. Pastoral do Serviço da Caridade – PASCA (Piracicaba – SP)
110. Poços Transparente (Poços de Caldas - MG)
111. Projeto de Apoio a Criança – PAC (Montes Claros - MG)
112. Projeto Brasil 2030 / Guerrilha do Servidor Público
113. Rede Evangélica do Terceiro Setor – MG
114. Rede Evangélica de Marabá - REMA (Marabá - PA)
115. Rede Nacional de Ação Social – RENAS
116. Rede Nossa São Paulo (São Paulo – SP)
117. Rede Social Brasileira por Cidades Justas Democráticas e Sustentáveis
118. Ser Sustentável - Capacitação, Convivência e Reintegração Social (São Paulo - SP)
119. SINDCONTAS - Sindicato dos Profissionais de Auditoria do TCE-PB
120. Sociedade Terra Viva – STV (São José de Mipibu – RN)
121. Transparência Internacional
122. UGT – União Geral dos Trabalhadores (São Paulo - SP)
123. UGT-MG - União Geral dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte - MG)
124. UNACON Sindical – Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle
125. UNASUS Sindical - Sindicado dos Servidores do Sistema Nacional de Auditoria do SUS
126. Viva São João (São João da Boa Vista - SP)